
Acesso, permanência e (in) sucesso: um estudo dos estudantes dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação Catarinense: andamento

Gabriel Moura Brasil¹; Sérgio Feldemann de Quadros²; Sônia Regina de Souza Fernandes³

RESUMO

Este texto é resultado de pesquisa do projeto “Acesso, permanência e (in) sucesso: um estudo dos estudantes dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação Catarinense”, que visa conhecer as formas de acesso, da (não) permanência e do (não) sucesso dos estudantes do Ensino Superior do Instituto Federal Catarinense, com vista ao diagnóstico da situação, bem como propor medidas de intervenção para democratização do Ensino Superior. Este projeto encontra-se em andamento sendo neste primeiro momento, tratados os dados referentes ao campus Camboriú. Através de uma metodologia quanti-qualitativa, e os primeiros resultados da pesquisa, vimos que apesar da expansão do Ensino Superior nas últimas décadas, a democratização desta etapa está longe de ser efetivada, tornando necessário a revisão das políticas educativas, bem como das políticas de inclusão do próprio IF Catarinense.

Palavras-chave: ENSINO SUPERIOR. DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. POLÍTICAS DE INCLUSÃO.

INTRODUÇÃO

Há algum tempo o Brasil, através de movimentos sociais e de intelectuais, tem se mostrado preocupado com as questões da democratização da educação, principalmente no que se refere ao aumento de vagas, embora o Estado esteja atendendo de forma muito tímida estas reivindicações, muito distante da universalização da educação esperada (CONAE, 2010). Como coloca o documento resultante da Conferência Nacional de Educação,

é importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade (CONAE, 2010, p.45).

Além do acesso e permanência, a conferência aponta que a maneira como a prática social é internamente desenvolvida pelas instituições também é um fator muito relevante, prática esta que, para atender à democratização que se procura, necessita o exercício de gestão democrática. Sobre o sucesso escolar, vale lembrar que não se delimita ao desempenho escolar do aluno, mas sim a “uma trajetória sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento” (CONAE, 2010, p. 45).

1 Estudante de graduação em Licenciatura em Pedagogia. E-mail: brasil@msn.com

2 Estudante de graduação em Licenciatura em Pedagogia. E-mail: sergiofquadros@gmail.com

3 Doutora em Educação; Professora do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú. E-mail: sonia@ifc-camboriu.edu.br

Importante ressaltar que a expansão do Ensino Superior no Brasil conta com uma predominância do ensino privado. Segundo dados do Inep (2000;2013) no período de 1996 a 2013 foram criadas 1379 instituições privadas (e muitas dessas lucrativas) e apenas 244 públicas (todas no governo PT), marcando o predomínio atual de 87,4% nas instituições privadas. Esse crescimento do setor privado tem uma relação intrínseca às políticas educacionais que procuraram atender ao mesmo tempo as demandas dos movimentos sociais e o Mercado da Educação, mercantilizando esta etapa de ensino (CARVALHO, 2013). Logo, o processo chamado

democratização de oportunidades educacionais no ensino superior confundiu-se com a mera e atropelada massificação de matrículas, com todo o cortejo de inconveniências que acabou vindo no seu bojo e pelas quais, ainda hoje, se paga um alto preço. (CAÔN; FRIZZO, 2010).

Vale ressaltar que, de acordo com a Lei Darcy Ribeiro (Lei nº 9.349/96), a Lei nº 9.131/95 e a Lei nº 9.192/95,

(...) o Brasil se compromete com a democratização do ensino superior de modo a atender os anseios da sociedade, de modo a garantir uma nova relação entre público e privado, e minimizar as consequências de anos de história de exclusão grupos sociais (CAÔN; FRIZZO, 2010).

Nesse contexto, esta temática se mostra contemporânea, buscando a questão do acesso ao Ensino Superior e suas formas de permanência e sucesso, uma vez que a grande expansão anunciada anteriormente tem menos de duas décadas. Além disso, mesmo com a expansão e descentralização considerável do Ensino Superior público e os incentivos para o ingresso nas IES privadas, a democratização da educação não está garantida, pois a permanência e o sucesso dependem de outros fatores que estão além do simples ingresso.

Dessa forma, o projeto “Acesso, permanência e (in) sucesso: um estudo dos estudantes dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação Catarinense” visa conhecer as formas de acesso, da (não) permanência e do (não) sucesso dos estudantes do Ensino Superior do Instituto Federal Catarinense, com vista ao diagnóstico da situação, bem como propor medidas de intervenção para a promoção da permanência, com sucesso, destes estudantes. Este projeto encontra-se em andamento sendo neste primeiro momento, tratados os dados referentes ao campus Camboriú.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso, no âmbito de uma instituição (IF Catarinense) – de caráter quanti-qualitativo, descritivo e interpretativo, com vistas ao desenvolvimento dos objetivos da pesquisa. Conforme Meirinhos e Osório (2010, p. 49), o estudo de caso,

(...) pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos

definido ou definido num plano mais abstracto como, decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais.

A dimensão interpretativa é compreendida a partir Clareto (2005, p. 1-2), no sentido de que

o conhecimento não é neutro, não se distingue em uma esfera totalmente isolada do universo humano: ela está impregnada de emoções, paixões, ódios, preconceitos, vontades, crenças... O conhecimento não é uma busca de adequações de verdades a realidades, mas uma interpretação. (...) A investigação como interpretação é um processo dinâmico, um movimento. As interrogações vão se desdobrando ao longo deste processo.

Para realizar a pesquisa, utilizaremos as informações já obtidas através de entrevistas realizadas anteriormente e informações que já foram e/ou serão coletadas por meio do sistema acadêmico (Setor de Registros Acadêmicos) dos Câmpus e da Reitoria. Os sujeitos da pesquisa são os estudantes que ingressaram nos cursos superiores do IF Catarinense, a partir de 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados levantados com o setor de registro escolar da instituição o único curso de bacharelado do câmpus Camboriú, Sistemas da Informação, tem uma crescente evasão, onde no ano de 2011 correspondia a 11% do total de estudantes, no ano seguinte 12% e em 2013 esse número se elevou para 23%. Em relação aos cursos de formação de tecnólogos, o curso de Negócios Imobiliários, no ano de 2011 apresentou uma taxa de evasão de 10%, em 2012 houve uma queda neste percentual indo para 3% e no ano posterior um aumento para 24%, mantendo uma média de 12%. Já o curso de Sistemas para Internet, fechou o ano de 2011 com 18% de evasão, no ano de 2012 em 3% e em 2013 houve um aumento para 18%, encerrando com uma média de 13%.

Entre os cursos de licenciatura, o que apresenta maior índice de evasão é o de Matemática, tendo uma média de 26% - a maior entre todos os cursos superiores do campus. O mesmo apresenta 20% de evasão no ano de 2011, 28% no ano de 2012 e 30% no ano de 2013. Quanto a Licenciatura em Pedagogia, no ano de 2011 apresentou 21% de alunos evadidos, 4% em 2012 e 20% em 2013 ficando com uma média de 15% nos três anos levantados.

De acordo com as respostas das entrevistas, verificamos que o principal motivo para a evasão dos cursos tecnólogos, segundo os próprios estudantes, é a dificuldade do curso. Este mesmo motivo também é levantado pelos gestores do curso de licenciatura em Matemática. Outra causa prioritária que se apresenta e tem impacto em todos os cursos superiores no levantamento entre os gestores, professores e estudantes é a dificuldade de locomoção até a instituição e motivos financeiros.

Chama atenção que esses motivos ainda aparecem de forma marcante, apesar dos auxílios disponibilizados pelo Programa de Assistência Estudantil do IF Catarinense, que compreende o auxílio moradia (R\$ 250,00), auxílio permanência I (R\$ 300,00 - para estudantes que comprovem “extrema” condição de vulnerabilidade social) e

auxílio permanência II (R\$ 150,00 - para estudantes que comprovem condição de vulnerabilidade social). Estes dados indicam que as políticas/ações de auxílio estudantil não têm contido a evasão como era de se esperar, uma vez que estas condições não substituem a renda advinda do trabalho destes estudantes, não provendo a sua subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos esforços identificados nas últimas décadas no contexto brasileiro - notadamente nos dois mandatos de Luiz Inácio da Silva (Lula) e do primeiro mandato de Dilma Rousseff, com o investimento na expansão e interiorização da educação superior, por meio da criação de novas universidades públicas federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como pelos estímulos aos estudantes por meio de programas de assistência, como a bolsa permanência, o auxílio moradia, moradias estudantis -, as políticas de inclusão não foram e não estão sendo suficientes para a democratização plena do Ensino Superior.

Os desafios a que estamos submetidos estão para além de tais iniciativas e implicam uma reconfiguração da própria concepção implícita nas políticas que ainda sofrem influências do neoliberalismo, que fora implantado na grande maioria dos países, sobretudo na América Latina das décadas de 1980 e 1990. Tal concepção tem “traduzido os interesses mercadológicos, na medida em que esse nível de ensino é considerado como um indutor do desenvolvimento e crescimento econômico” (MAUÉS, 2011, p. 2).

A partir destas reflexões, se torna urgente pensar que significado daremos ao conceito de democratização da educação, uma vez que não há consenso entre os pesquisadores e setores da sociedade e tem sido utilizado pelos neoliberais à favor de sua ideologia, trazendo o perigo que nos alerta Apple (2003) da resignificação à direita dos termos e palavras-chave do nosso senso comum.

Essas estratégias têm, segundo ele, atuado na intenção de alterar radicalmente o que pensamos e o que devem ser as nossas instituições, respondendo a uma identidade da qual eles procuram criar e influenciar. Dessa forma, se torna imprescindível a discussão sobre o processo de democratização da educação no Brasil contemporâneo, procurando reconhecer a que interesses está vinculado, bem como suas incoerências e ilegitimidades no processo em que se insere.

A democratização da educação, dentro de uma perspectiva que busque a justiça social, significará ampliar a Educação de forma que ela possa atender as demandas e direitos individuais, como a garantia de acesso, permanência (e frequência) e sucesso - superando as desigualdades e faltas de recursos e habilidades de muitos – nas mais diversas modalidades e etapas que se tornaram ou venham se tornar demandas populares. Afinal, as políticas de ampliação do acesso não têm sido suficientes para uma democratização da educação que compreenda a permanência e sucesso dos estudantes. Ao mesmo tempo, as políticas de auxílio, ainda que muito importantes, não têm conseguido superar as desigualdades iniciais dos estudantes, acarretando em grandes quantidades de evasão e insucesso acadêmico.

Consideramos, então, que cabe ao IFC uma revisão de suas políticas de inclusão de forma a atender melhor a demanda de permanência e sucesso, pois mesmo com as atuais estratégias, os dados da não permanência ainda tem sido alarmante.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa C. Figueiredo. (2010). Acesso, equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. Disponível em:
<<http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/AVIposgraduacao090731171013.pdf>>,
Acesso em 30 Jun. 2015.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Vol. 18, n. 54, P. 761-776, 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o **Sistema Nacional Articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em:
<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf>

CLARETO, S. M. Etnografias e pesquisas interpretativas: crises da modernidade e enfrentamentos de seus impactos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2005, Bauru. Anais eletrônicos... Bauru, SP: Universidade do Sagrado Coração, Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos, 2004. Disponível em: < <http://www.sepq.org.br/livros.htm>>. Acesso em: 08 Jun 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: 2013. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 24 jul 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980-1998**. Brasília, DF: 2000. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 24 jul 2015.

MAUÉS, O. A educação superior no plano nacional de educação, 2011-2020: a proposta do executivo. In: Anped, 11. 2011, Natal, **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

MEIRINHOS, Manuel; Osório, António. O estudo de caso como estratégia de

investigação em educação. In: EDUSER: **Revista de Educação**, vol. 2, n.2, 2010.
Disponível em: <<http://www.eduser.ipb.pt>>. Acesso em 30 Jun. 2015.